



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTORIA**

ROBÉRIO DE OLIVEIRA LAURENTINO

**ARQUEOLOGIA E O USO TURISTICO EM QUESTÃO: UM NOVO OLHAR
TURÍSTICO CULTURAL DO PATRIMÔNIO DAS ITACOATIARA
NO MUNICÍPIO DE INGÁ**

CAMPINA GRANDE-PB

2022

ROBÉRIO DE OLIVEIRA LAURENTINO

**ARQUEOLOGIA E O USO TURÍSTICO EM QUESTÃO: UM NOVO OLHAR
TURÍSTICO CULTURAL DO PATRIMÔNIO DAS ITACOATIARA
NO MUNICÍPIO DE INGÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/à Coordenação /Departamento do Curso História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduado em História.

Orientador: Prof. Dr. JUVANDIR DE SOUZA SANTOS

CAMPINA GRANDE-PB

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L383a Laurentino, Roberio de Oliveira.
Arqueologia e o uso turístico em questão [manuscrito] : um novo olhar Turístico Cultural do Patrimônio das Itacoatiarano Município de Ingá / Roberio de Oliveira Laurentino. - 2022.
27 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.
"Orientação : Prof. Dr. Juvandir de Souza Santos, Departamento de História e Geografia - CEDUC."

1. Arqueologia - Pesquisa. 2. Turismo. 3. Sítios arqueológicos – Ingá (PB). I. Título

21. ed. CDD 338.479 1

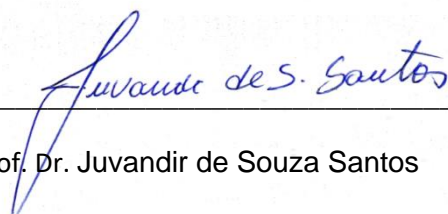
ROBÉRIO DE OLIVEIRA LAURENTINO

**ARQUEOLOGIA E O USO TURÍSTICO EM QUESTÃO: UM NOVO OLHAR
TURÍSTICO CULTURAL DO PATRIMÔNIO DAS ITACOATIARA
NO MUNICÍPIO DE INGÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/à Coordenação /Departamento do Curso História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduado em História.

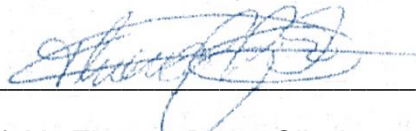
Aprovada em: 10/08/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Juvandir de Souza Santos

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me Thomaz Bruno Oliveira

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Hilmaria Xavier Ribeiro

Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

A minha família pelo carinho, atenção, compreensão e apoio, em todas as minhas escolhas. A meus professores pelo empenho e dedicação durante esse período de aprendizado e aperfeiçoamento, foi muito satisfatório pra mim, poder mergulhar na História da Arqueologia do nosso estado. E por fim, ao orientador deste estudo, que pôde proporcionar-me seu companheirismo e disponibilidade. DEDICO.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Planalto da Borborema; Pedra de Ingá/PB.1.....	15
Figura 2	Planalto da Borborema; Pedra de Ingá/PB.2.....	15
Figura 3	Pedra de Ingá/PB.....	16
Figura 4	Sítio Arqueológico do Ingá/PB.....	16
Figura 5	Mapa da localização do Município de Ingá/PB.....	18
Figura 6	Território do Município de Ingá/PB.....	18
Figura 7	Dados Econômicos do Município de Ingá/PB.....	19
Figura 8	Pedra Itacoatiara do Ingá/PB.1.....	19
Figura 9	Pedra Itacoatiara do Ingá/PB.2.....	19
Figura 10	Estação Ferroviária de Campina Grande/PB.....	22
Figura 11	Totem da entrada da Pedra do Ingá/PB.....	23
Figura 12	.Portal da entrada do Sítio do Ingá/PB.....	23

SUMARIO

1- INTRODUÇÃO	08
1.1 O Patrimônio arqueológico em seus novos usos e significados.....	08
1.2 O Uso do Patrimônio Arqueológico na atividade turística.....	09
1.2.1 Planejamento turístico sustentável em sítios arqueológicos	11
1.3 A Valorização/ Revalorização do Patrimônio Arqueológico.....	12
1.3.1 Visibilidade Invisibilidade e Significância arqueológica	13
1.3.2 A socialização do conhecimento arqueológico.....	14
2 TURISMO ARQUEOLÓGICO EM INGÁ -PB	14
2.1 Caracterização da área de estudo.....	16
3 A PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA	17
3.1 Sobre os objetivos da pesquisa.....	17
3.2 Sobre os procedimentos metodológicos.....	17
4 O MUNICÍPIO DE INGÁ – PB	18
4.1 Como desenvolver um turismo.....	20
4.2 A linha férrea do Ingá como produto turístico.....	21
4.3 A pesquisa arqueológica em INGÁ – PB.....	22
4.4 As ações para à conservação dos sítios arqueológicos.....	23
5 CONCLUSÃO	24
REFERÊNCIAS	25

ARQUEOLOGIA E O USO TURISTICO EM QUESTÃO: Um novo olhar Turístico Cultural do Patrimônio das Itacoatiara no Município de Ingá

ROBÉRIO DE OLIVEIRA LAURENTINO

RESUMO

O Turismo Arqueológico no Ingá tem por objetivo realizar um diagnóstico sobre o turismo Arqueológico na área de estudo a partir do estudo posto como um meio de se divulgar o conhecimento produzido em pesquisa arqueológica onde, somente com planejamento adequado, seria capaz de minimizar os possíveis impactos que esta interação poderia provocar. Para este estudo, supomos que o desenvolvimento da atividade turística relacionada aos sítios estudados está comprometido devido a não participação de todos os atores durante o planejamento turístico e sua aplicação. Este artigo teve por objetivo realizar o diagnóstico sobre o turismo arqueológico na área de estudo. O turismo arqueológico deverá ser uma importante ferramenta para a valorização do patrimônio arqueológico, promovendo o desenvolvimento deste segmento, por meio do planejamento e gestão da atividade, minimizando os impactos negativos e maximizando a preservação dos bens arqueológicos e a valorização das comunidades locais, que vivem nas proximidades dos sítios. Em linhas gerais, espera-se que o segmento de turismo arqueológico, desenvolvido a partir deste modelo, venha contribuir para a preservação, valorização e promoção do patrimônio arqueológico. Nossa perspectiva teórica metodológica é a arqueologia e o uso mais efetivo, sustentável e com uma preservação maciça do turismo, dialogando com Lucia Pardi, a necessidade do uso se sustenta de forma inteligente e ativa do patrimônio da arqueologia, segundo Charles Mc Gimsey, o qual resgata o termo arqueologia privada, onde esta voltada a trazer a população para meios acessíveis de se conhecer algo que parecia distante dos olhos daqueles que em algum momento, ou não, tiveram interesse em conhecer o belíssimo trabalho dos arqueólogos. Para essa pesquisa foi utilizado meio como: livros, sites, visitas aos locais, entre visitas as quais possibilitaram criar um diagnóstico plausível do uso do patrimônio arqueológico do Ingá. Sendo assim, verificou-se a confirmação da hipótese considerando que faltou, sobretudo, o uso do conhecimento arqueológico produzido na elaboração do roteiro turístico, além da participação do poder público na estruturação da atividade turística no município.

Palavras-chave: Arqueologia - Pesquisa. Turismo. Sítios arqueológicos – Ingá (PB)

ARCHEOLOGY AND THE TOURIST USE IN QUESTION: A New Cultural Tourist

Look at the Heritage of Itacoatiara in the Municipality of Ingá

ROBÉRIO DE OLIVEIRA LAURENTINO

ABSTRAC

The Archaeological Tourism in Ingá aims to carry out a diagnosis on Archaeological tourism in the area of greenhouse from the study put as a means of disseminating the knowledge produced in archaeological research where, only with proper planning, it would be able to minimize the possible impacts. that this interaction could cause. For this study, we assume that the development of tourist activity related to the studied sites is compromised due to the non-participation of all actors during tourism planning and its implementation. This article aimed to carry out a diagnosis of archaeological tourism in the study area. Archaeological tourism should be an important tool for valuing the archaeological heritage, promoting the development of this segment, through the planning and management of the activity, minimizing negative impacts and maximizing the preservation of archaeological assets and the appreciation of local communities, who live in the vicinity of the sites. In general terms, it is expected that the archaeological tourism segment, developed from this model, will contribute to the preservation, enhancement and promotion of the archaeological heritage. Our theoretical methodological perspective is archeology and the most effective, sustainable use and with a massive preservation of tourism, dialoguing with Lucia Pardi, the need for use is supported in an intelligent and active way of the heritage of archeology, according to Charles Mcgimsey, who rescues the term private archeology, where it is aimed at bringing the population to accessible means of knowing something that seemed distant from the eyes of those who at some point, or not, were interested in knowing the beautiful work of archaeologists. For this research, we used means such as: books, websites, visits to places, between visits which made it possible to create a plausible diagnosis of the use of the archaeological heritage of Ingá. Thus, it was verified the confirmation of the hypothesis considering that it lacked, above all, the use of the archaeological knowledge produced in the elaboration of the tourist itinerary, in addition to the participation of the public power in the structuring of the tourist activity in the municipality.

Keywords: Archeology - Research. Tourism. Archaeological sites – Ingá (PB)

1 INTRODUÇÃO

Percebeu-se que existe peso de alta relevância, a questão de usar locais de importância histórica e cultural e, acreditando que a atividade turística pode ser um contribuinte a se considerar, o trabalho aqui apresentado se justifica por buscar entender como se dá esse processo.

O patrimônio arqueológico possui proteção legal nas diferentes esferas governamentais, porém, sua aplicação ainda é problemática, onde não é todo patrimônio arqueológico passível de ser trabalhado na atividade turística. Nesse sentido, a classificação e a hierarquização desses locais facilitarão a sua inserção em um planejamento turístico adequado, afirmado por Figueiredo e Pereira (2010).

Pyburn (2007) menciona várias formas alternativas de se tornar os locais com potencial arqueológicos públicos, e cita o caso da Caverna de Lascaux, na França que, foi fechado para visitação em 1963 devido aos impactos naturais que prejudicaram a conservação as pinturas rupestres existentes nesse sítio. Nesse caso, uma réplica foi construída reproduzindo os locais mais representativos do sítio arqueológico.

Para tal, vê-se necessário um planejamento, embasado em políticas públicas existentes, a atividade turística para proporcionar uma experiência traumática, principalmente quando relacionado ao contexto arqueológico, onde o uso dos sítios deve ser controlado devido tais recursos não serem renováveis.

Em sequência, buscamos através deste trabalho, verificar quais as condições ideais para a inserção do patrimônio arqueológico dentro do processo de planejamento turístico, analisando em como este, pode contribuir para divulgação do conhecimento obtido em pesquisa arqueológica, considerando o desenvolvimento de ações que visam à preservação dos sítios arqueológicos em longo prazo.

Foi verificado no tópico I, que o Patrimônio Arqueológico em seus novos Usos e Significados, serão abordados por teorias e conceitos que nortearam o desenvolvimento dessa dissertação. No tópico II, intitulado O Turismo Arqueológico em Ingá-PB, iremos realizar uma breve apresentação sobre o desenvolvimento das políticas de turismo do Brasil e sua aplicação na Área Arqueológica em Ingá - PB, juntamente com a contextualização administrativa, econômica e social do município.

Ainda no segundo capítulo, será abordada a problemática que norteou o desenvolvimento deste estudo, juntamente com hipóteses que supomos representar o contexto da região assim como os objetivos gerais e específicos, inseridos no contexto.

1.1 O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM SEU MEIO DE USO E RELEVÂNCIA

Em meados de 1970, Mc Gimsey (1972), expõe através de suas escrituras os problemas de destruição de sítios arqueológicos nos Estados Unidos e utiliza pela primeira vez o termo Arqueologia Pública, o expondo como título de seu livro. Neste livro, o autor aponta três situações que estariam contribuindo para a destruição de sítios arqueológicos.

A arqueologia pública é um campo que vem sendo desenvolvido em um período mais recente do processo de construção arqueológica ligada principalmente ao universo de sociedades tradicionais como povos indígenas, quilombolas, pescadores e outros que buscam essa recuperação do seu material. Seria transformar em público algo que era privado, dos estudiosos da área de pesquisa, ele seria a única possibilidade da aproximação da arqueologia enquanto ciência social, enquanto ciência humana. E ela seria um campo destinado tanto a pesquisa quanto ao debate e as questões públicas.

E essa subárea se dedica a pensar a sua relação com o público, mas o que seria esse público? E por que é importante que essa área exista? Por tempos a arqueologia vista por muitas pessoas como ocupação de uma elite interessada em relíquias e civilizações antigas. Alguns arqueólogos já vinham se preocupando com esse distanciamento do público e faziam projetos para alcançar pessoas, mas só a partir dos anos 70 que esse movimento ganhou nome. Dos anos 90 em diante o campo de atuação se fortaleceu. Seria isso então a divulgação do conhecimento produzido com a participação das comunidades locais e de diferentes grupos sociais nas próprias pesquisas, desde a concepção inicial até a escavação. Assim, ela incorporava novas vozes na interpretação dos achados. Esse é o convite que a arqueologia faz; o conhecimento das sociedades de outros tempos.

O primeiro problema estaria relacionado à crescente urbanização e modernização ocorrendo ao mesmo tempo em que o crescimento industrial evoluía, a ponto de se discutir como tais processos estariam interferindo para a existência e para a preservação dos bens de importância cultural. O segundo ponto, também relacionado à degradação desse patrimônio em específico, está relacionado a atos de vandalismo. Já o terceiro, está diretamente relacionado à postura do arqueólogo em campo e sobre a questão envolvendo os problemas quanto à sua profissionalização. (Mc GIMSEY, *ibid.*).

1.2 O Uso do Patrimônio Arqueológico voltado ao Turismo

Visando o intuito de suprir as necessidades e desejos da demanda turística, o Ministério do Turismo do Brasil, a partir do Plano Nacional de Turismo, PNT, elaborou segmentos prioritários para o desenvolvimento da atividade turística no país (BRASIL, 2003).

Os segmentos estão relacionados diretamente ao turismo de estudos e intercâmbio, turismo rural, turismo náutico, turismo de esportes, turismo de aventura, turismo de negócios e eventos, turismo de sol e praia, turismo de saúde e, no caso especificamente dessa pesquisa, o Turismo Cultural e Ecoturismo. (BRASIL, 2010).

Dar uso ao patrimônio em geral é essencial para sua manutenção nos dias atuais. Não pensar, nem discutir formas de se disponibilizar tais locais, tanto pela sua função social para fins de conscientização, quanto econômicos e sociais - pela interação e vivência, resultaria no total abandono e sua consequente destruição. No caso do patrimônio arqueológico, por este não ser renovável, essa preocupação deve existir antes mesmo do desenvolvimento do trabalho de campo.

Hodder (1994) analisa que os aprendizados obtidos, assim como o conhecimento produzido por estudos sobre o passado são subjetivamente construídos a partir de nossas reflexões sobre o presente. O passado está sujeito aos discursos dominantes de poder, tanto do presente como do passado. E nessa busca por compreender os acontecimentos passados, se faz necessário considerar que nos próprios dados analisados, tanto a cultura material como as fontes históricas e etnográficas, estão embutidas de questões políticas e ideológicas. Sob uma perspectiva marxista, os estudiosos da chamada “Teoria Crítica” e, pertencentes à “Escola de Frankfurt”, a qual se destacam Jürgen Habermas, Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse, discutiam acerca da apresentação do conhecimento obtido através de estudos sobre o passado e como essa mesma apresentação está condicionada aos interesses imediatos de quem o possui.

Os estudiosos citados passam a fazer uma crítica às formas de representação e ao uso de bens de importância histórica e cultural no mercado econômico, utilizando para explicar tal processo o termo “Indústria Cultural”. (HODDER, 1994). Fazendo uma crítica sobre o enfoque da história, como ideologia, presente nos estudos arqueológicos, Hodder (1994) argumenta, apresentando a perspectiva de Leone.

Leone observa que quando o passado é interpretado e transformado em história, tende a se tornar ideologia, e sugere que a consciência ou revelação desse processo pode ajudar quem escreve ou escuta o passado a ter consciência das concepções ideológicas geradas pelo cotidiano moderno. Por exemplo, ao localizar as origens do individualismo ou noções modernas de tempo no surgimento do capitalismo na América do século 18, os visitantes do museu poderiam ter uma visão e uma consciência da historicidade de sua própria ideologia e ideologia. Revelando um esclarecimento do personagem e a natureza de suas suposições como fontes de dominação. (HODDER, 1994, p. 185-186).

No ano de 2006, Ministério do Turismo Cultural, escreve que se refere às atividades turísticas vivenciadas em ambientes onde existem elementos relacionados ao patrimônio histórico e cultural e eventos culturais, e dessa forma contribui para a valorização e promoção dos bens de importância cultural, material ou imaterial. A Constituição Federal de 1988³ define patrimônio cultural em seu artigo 216:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, dos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Assim, como exposto no inciso V, o patrimônio arqueológico se insere como patrimônio cultural e, a partir do segmento do Turismo Cultural, passa a ser pensado como produto turístico. Esta atividade específica recebe o nome de Turismo Arqueológico, ou Arque turismo.

De acordo com Figueiredo e Pereira (2010), os bens arqueológicos podem se destacar, nesse sentido, devido ao fato de carregarem consigo valor cultural e natural, sendo estes, valorizados turisticamente por terem na atualidade um papel fundamental para a compreensão dos grupos sociais que os produziram, modificaram e que hoje são representativos de identidade e territorialidade.

Pardi (2002) coloca o Turismo Cultural como um importante meio para o desenvolvimento de ações educativas junto aos sítios arqueológicos, onde cita o decreto federal nº 86.176 de 06 de julho de 1981, o qual os sítios arqueológicos se enquadrariam como “Áreas e Locais de Interesse Turístico”.

1.2.1 Planejamento turístico sustentável em sítios arqueológicos

Segundo Petrocchi (1998), o planejamento tem suma importância, pois, a partir dele, é possível ter uma visão completa das condições reais o qual o local a ser planejado se encontra e de como vira a seguir, visando à organização das tarefas para a sua melhoria ou implementação alcançando eficientemente, de forma estratégica, os objetivos iniciais propostos, onde, um ponto fundamental para a sua efetivação está na elaboração do como alcançar tais objetivos.

Nesse processo de planejamento é indispensável estipular quais são os objetivos que serão alcançados, seus recursos materiais, humanos e financeiros necessários, ainda persiste o poder da pesquisa para perceber quais os melhores métodos para a aplicação do projeto, deixando sempre em evidência, qual o papel de cada um dos atores que estarão envolvidos no processo de implementação (ESTOL e ALBUQUERQUE, 1987).

Firmado por Oliveira (1998), dentro do desenvolvimento de um planejamento, é necessário traçar planos, programar as ações e elaborar os projetos a serem seguidos e concluídos.

Oliveira (Ibid.) fala do planejamento em três fases básicas para atingir o objetivo final:

- Estratégico, onde se delimita o que será feito e como será feito, buscando aperfeiçoar todo o local trabalhado no processo de planejamento;
- Tático, onde se escolhe um ponto específico para ser otimizado;
- Operacional, onde se formaliza as ações que serão desenvolvidas a partir da criação de documentos.

Apesar da atual política de regionalização dos roteiros turísticos, Fagliari e Almeida (2004, p. 149), ao perceberem a falta de conhecimento dos municípios quanto ao seu potencial turístico, colocam que é “necessário que os municípios conheçam seu patrimônio e seu potencial de atratividade real, para também se organizarem individualmente e até mesmo antes de começarem a trabalhar em

conjuntos maiores”. No que diz respeito ao planejamento turístico, outro fator a ser explorado é o perfil da demanda turística.

Podem-se considerar os estudos relacionados em perceber a demanda voltada a atividade turística direcionada aos sítios arqueológicos pode contribuir para a elaboração do planejamento e a melhoria da qualidade dos serviços, onde se busca não só criar meios sustentáveis para o desenvolvimento da atividade turística de forma positiva para a comunidade receptora, como também para a satisfação da demanda específica.

Segundo Drummond (2004) tem peso de importância pensar em qualidade quando associado ao produto turístico, fato este, devido à competitividade existente a partir do avanço e do desenvolvimento da atividade turística percebidos já no final do século XX e principalmente com a virada para o século XXI.

Afirma ainda que para o referido avanço, percebe-se que com a chegada do novo século, um incremento no chamado turismo internacional, onde se tornaram visíveis novas perspectivas de mercado, condições econômicas favoráveis (no sentido Brasil/ exterior) e facilidades quanto ao acesso possibilitando assim, alcançar locais que anteriormente não eram possíveis e nem viáveis ou não acessíveis para parte da população ou para a maioria dela.

No que se refere ao Turismo nacional, podemos identificar e apontar a melhoria quanto ao acesso aliado às condições econômicas e políticas favoráveis, à carga horária de trabalho reduzida e a busca pelo descanso e fuga da rotina, à curiosidade de se conhecer novos lugares e, em alguns casos, vivenciar novas experiências culturais, proporcionadas pelo turismo.

Drummond (Ibid., p. 08) coloca que “onde o crescimento é rápido, deve haver preocupações quanto à autenticidade e à exploração do patrimônio, mas onde a qualidade é a principal consideração no desenvolvimento e na operação das atrações, muitas dessas preocupações serão tratadas”.

Apesar do desenvolvimento da atividade turística proporcionar tanto aos turistas como para os residentes uma melhor qualidade de serviços oferecidos, sem o planejamento adequado, pode provocar a privatização de espaços que anteriormente eram públicos gerando um distanciamento entre a comunidade receptora e os turistas em potencial trazendo talvez uma desvalorização dos patrimônios turísticos. (CARVALHO, 2010).

Esses locais deixam de ser reconhecidos culturalmente pela sociedade na qual ele está inserido e correm o risco de serem abandonados e conseqüentemente desvalorizados. E, é com o objetivo de minimizar ou até mesmo cessar os impactos negativos que a ideia de Turismo Sustentável vem sendo trabalhada e amplamente divulgada durante o desenvolvimento do planejamento turístico.

1.3 A Valorização/ revalorização do Patrimônio Arqueológico

Quando falamos em uso do patrimônio arqueológico, está implícito em meio à discussão, questões de valores relacionadas à qual patrimônio arqueológico pode ser utilizado, promovido, ou questões mais complexas como a escolha de qual

conhecimento produzido merece ser transmitido através de ações de educação patrimonial.

No momento em que redescobrimos o valor do patrimônio, como elemento de identidade cultural, torna-se comum a discussão sobre as formas de seu uso. Dentro dessa mesma discussão, percebemos não só o valor cultural, científico ou social adquirido, mas também o valor econômico que passa a ter esses espaços de importância arqueológica dentro do mercado turístico.

De acordo com Connor (1994, p. 16), todos os nossos atos e escolhas estão implícitos de valores que são “inerentes à condição humana”, sendo que, a própria tentativa de isenção de valor remete a um tipo de valoração. Esses patrimônios precisam ter a estrutura necessária para receber os turistas, que devem encontrar sinalização adequada, folhetos, guias e uma série de serviços para a visita do bem cultural.

Devido à subjetividade do conceito valor e o receio com relação à medição incorreta ou injusta, percebe-se a ausência de trabalhos teóricos que tratam desse conceito, na certeza de que quanto maior o questionamento sobre conceito, maior é a formação de valores voltados ao turismo nacional (CONNOR, *Ibid.*).

1.3.1 Visibilidade/ Invisibilidade e Significância arqueológica

A arqueologia nos traz a luz de discursos utilizados pelos pesquisadores e as informações por eles produzidas implicam direta e indiretamente na visibilidade de sítios arqueológicos no presente e, a partir da necessidade de grupos específicos, se apropriam do passado em prol de um ideal conveniente, e que, em pesquisas atuais, inseridas nos estudos arqueológicos, tem se discutido a questão de sítios de alta e baixa visibilidade.

Essa visão nos passa possíveis formas de afirmação de determinados grupos sociais e, à apropriação de tais grupos para com locais de suma importância histórica e cultural.

Pardi, fala sobre a “invisibilidade” que constitui todo o patrimônio arqueológico em relação ao patrimônio de importância histórica e cultural, principalmente aqueles que possuem relevância arquitetônica e no espaço urbano. (PARDI, 2002).

Essas questões interferem na decisão de qual patrimônio ou, nesse caso em específico, de quais sítios arqueológicos serão estudados. Assim como, qual seria a área de Interesse onde é possível identificar o conjunto mais representativo de recursos culturais, financeiros e humanos.

O turismo cultural é considerado uma área suscetível de vir a tornar-se o ponto de arranque e de reforço das indústrias culturais. O apoio ao turismo cultural permitirá consolidar e aumentar as atividades econômicas clássicas que estão relacionadas com o patrimônio cultural.

Apenas na década de 1970, pesquisadores americanos passaram a notar a importância de se definir critérios para a significância arqueológica, partindo da premissa que tais fundamentos contribuiriam para a tomada de decisão quanto a

que sítios seriam pesquisados e quais os tipos de dados seriam procurados e divulgados posteriormente. “Os critérios de significância geraram alterações nos objetivos empregados nas pesquisas arqueológicas, alterando também as prioridades e o interesse público”. (FERNANDES, 2007, p. 13).

1.3.2 A socialização do conhecimento arqueológico

Considerando o aumento de trabalhos arqueológicos desenvolvidos, a produção e a divulgação do conhecimento obtido através de pesquisa arqueológica aliado às reflexões quanto ao papel do próprio arqueólogo como profissional ético e atuante nas questões políticas e sociais das sociedades do presente, estão fazendo com que pesquisadores interessados, discutam formas de “socializar” o conhecimento produzido e ao mesmo tempo tentando minimizar os possíveis impactos principalmente sociais e culturais que esta interação pode provocar. Todo o contexto está ligado ao objetivo de aproveitar o potencial turístico de regiões com sítios arqueológicos de comprovada importância histórica. Esse segmento se realiza quando o turista é motivado a se deslocar com o objetivo de visitar, os vestígios que podem ser considerados particularidades de cada cultura.

Entretanto, sobre tudo o que já foi exposto, a divulgação do patrimônio arqueológico se faz importante, e não se trata de um investimento em curto prazo onde os resultados serão visíveis a partir de singelas ações. Assim como a educação, a interação, a busca por conhecimento e uma possível apropriação de determinado grupo social para com o passado hipoteticamente alcançado através de pesquisa arqueológica, se tratam de processos complexos e que não dependem apenas de uma parte, mas sim da união de diversos setores políticos e sociais que, quando interessados, podem buscar discutir de forma embasada e crítica o que realmente deveria ser preservado e ao mesmo tempo às formas de uso para os locais de importância arqueológica que foram escolhidos em meio a tal processo.

2 O TURISMO ARQUEOLÓGICO EM INGÁ – PB

Em 2003, o Brasil passava por um período importante e de transição no sentido voltado ao desenvolvimento da atividade turística e cultural. No decorrer deste mesmo ano, Luís Inácio Lula da Silva assume a presidência da República e em seguida cria o Ministério do Turismo – MinT, a partir da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003 que, foi posteriormente convertida na Lei nº 10.683 de 28 de maio do mesmo ano.

O PNT tinha como objetivo, acima de tudo, consolidar o desenvolvimento do setor turístico no Brasil, orientando as ações necessárias no sentido de se promover a atividade turística no país para que esta fosse eficiente, sustentável e competitiva junto ao mercado internacional, respeitando os princípios éticos contidos no Código Mundial da Ética no Turismo. Para a utilização do patrimônio arqueológico como atrativo turístico é de fundamental importância o planejamento e a gestão da atividade. Os impactos ao meio deverão ser minimizados para não colocarmos em risco o patrimônio que se insere em uma situação de fragilidade. (BRASIL, 2003).

No sentido de perceber como o Brasil se apresentava com relação ao mercado turístico e, contando com o apoio de dirigentes estaduais de turismo, entidades não governamentais e representantes do setor privado, foi desenvolvido um diagnóstico sobre as atuais condições do Turismo no país. Tal diagnóstico resultou no Plano Nacional de Turismo PNT (2003-2007). (BRASIL, 2003).

Figura 1 - Planalto da Borborema – Pedra Ingá/PB



Fonte: Deborah P. / 2022

Figura 2 - Planalto da Borborema – Pedra Ingá/PB



Fonte: Edmundo Augusto / 2021

2.1 Caracterização da Área de Estudo

No estudo da Paraíba, está presente o planalto da Borborema, área que engloba o nordeste do Brasil, dentre eles, Alagoas, Pernambuco, e Rio Grande do Norte, e atinge um comprimento de 470 quilômetros e uma largura que varia de 70 a 330 quilômetros.

Na Paraíba, cidade como campina Grande, Mogeiro, Caturrite, Boqueirão, Araruna, Lagoa Seca, Areia, Serraria, Pilões, Solânea, Ingá e outros estão dentro desse imenso planalto. O retorno oriental da Borborema é escarpado e domina a baixada litorânea com um desnível de 300 metros, o que confere ao topo uma altitude de 500 metros, como na comunidade de Serra Velha, no município de Ingá.

E é neste planalto que esta localizada a área de estudos arqueológicos, identificado como "Itacoatiara"

Figura 3 - Pedra do Ingá/PB



Fonte: Fellipe Abreu/2021

Figura 4 - Sítio Arqueológico do Ingá



Fonte: Saflabo/ 2021

3 A PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

O conhecimento prévio adquirido sobre a região do Ingá - PB junto às pesquisas arqueológicas desenvolvidas foi importante para a delimitação dos sítios arqueológicos escolhidos para análise e, aliado ao que levantamos sobre a participação dos atores interessados e envolvidos no processo do planejamento turístico, questiona-se: Por que as pesquisas arqueológicas, aliadas à adaptação atuais, estão limitadas a visitação turística, porque não há uma constante atividade Turismo Arqueológico em Ingá?

Com nova visibilidade, é trabalhado com a hipótese de que o desenvolvimento do turismo arqueológico no município estudado está comprometido devido a não exploração do lugar na atividade turística. Um trabalho engajado de políticas as quais buscam alavancar o desenvolvimento do município é de suma importância e se torna um pilar de extrema importância na colocação do projeto, para que este saia do papel. Sendo assim, o empenho de governadores, prefeitos, e vereadores são assim o princípio da realização desses objetivos.

Se tais setores acima citados buscassem de forma séria, a prática real de trabalhar para o alavancagem do desenvolvimento turístico, isso seria realizado, pois os mesmos buscariam investimentos internacionais, nacionais, e a busca por pessoas capacitadas e especializadas no desenvolvimento turístico.

3.1 Sobre os objetivos da Pesquisa

Essa pesquisa teve, portanto, como objetivo geral realizar um diagnóstico de como se dá, na atualidade, o desenvolvimento do turismo arqueológico no município de Ingá-PB. Com esta finalidade procuramos:

1. Identificar quais seriam as condições ideais para o desenvolvimento do turismo em locais arqueológicos com potencial turístico;
2. Definir a hierarquia dos sítios escolhidos como amostragem para esta pesquisa;
3. Identificar quais são os atores que estão envolvidos no processo de turistificação do patrimônio arqueológico;
4. Levantar quais as ações que estão sendo feitas, na atualidade, para a turistificação do patrimônio arqueológico no município.

3.2 Sobre os procedimentos metodológicos

O diagnóstico sobre a atual situação do município de Ingá quanto ao turismo arqueológico, foi desenvolvido a partir do estudo das Itacoatieras que estão presentes na área de estudo.

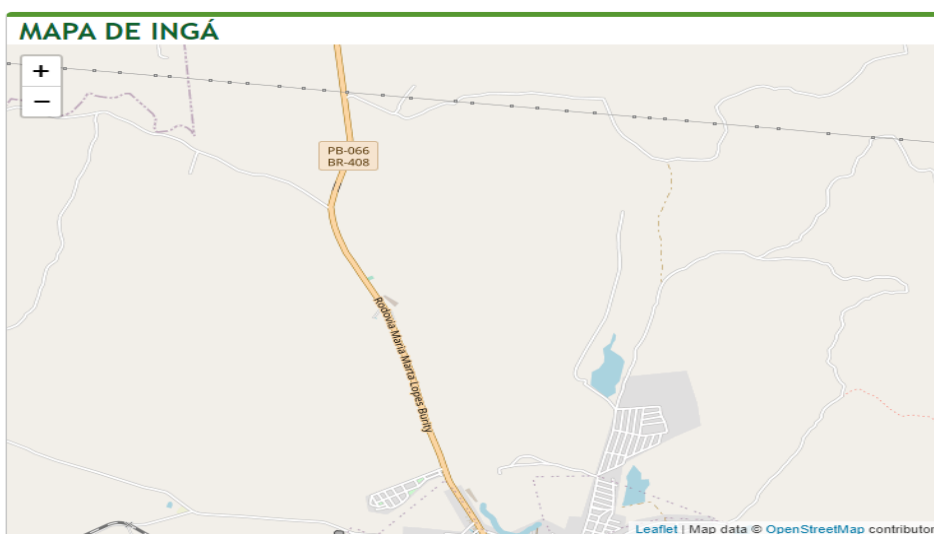
A partir de pesquisa inicial junto ao site, e livros para divulgação do Roteiro, verificou-se o potencial evidenciar de um turismo arqueológico do município. Também é alvo da demanda turística interessada em contemplar os painéis de pinturas sobre rocha.

4 O MUNICÍPIO DE INGÁ – PB

Ingá é uma cidade de Estado do Paraíba. Os habitantes se chamam ingaenses.

O município se estende por 288 km² e contava com 18 103 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 62,9 habitantes por km² no território do município. Vizinho dos municípios de Riachão do Bacamarte, Juarez Távora e Itatuba, Ingá se situa a 21 km a Sul-Oeste de Alagoa Grande a maior cidade nos arredores. Situado a 163 metros de altitude, de Ingá tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 7° 16' 3" Sul, Longitude: 35° 36' 43" Oeste.

Figura 5 - Site Oficial - Prefeitura Municipal do Ingá-PB



Fonte: abril/2022

Figura 6 - Site Oficial Prefeitura Municipal do Ingá-PB

TERRITÓRIO DE INGÁ	
Número de habitantes	18 103 habitantes
Superfície de Ingá	28 799 hectares 287,99 km ² (111,19 sq mi)
Densidade populacional	62,9 ha./km ²
Altitude de Ingá	163 metros de altitude
Coordenadas geográficas decimais	Latitude: -7.2674 Longitude: -35.6119
Coordenadas geográficas sexagesimais	Latitude: 7° 16' 3" Sul, Longitude: 35° 36' 43" Oeste
Fuso horário	M.T.C -3:00 (America/Fortaleza) <i>A hora de Verão e a hora de Inverno não diferem da hora padrão.</i>
Hora local	15:14:22

Fonte: abril/2021

Figura 7 - Site Oficial Prefeitura Municipal do Ingá-PB

DADOS ECONÔMICOS DE INGÁ	
Valor Adicionado Bruto, a preços correntes, da Agropecuária	R\$ 3 899 661
Valor Adicionado Bruto, a preços correntes, da Indústria	R\$ 9 681 529
Valor Adicionado Bruto, a preços correntes, dos Serviços	R\$ 58 437 966
	R\$ 40 513 261
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	R\$ 2 675 858
Produto Interno Bruto a preços correntes	R\$ 74 695 014

Fonte: abril/2021

Figura 8 - Itacoatiara do Ingá-PB



Foto: Mario Guedes/ 2021

Figura 09 - Itacoatiara do Ingá-PB



Foto: Mario Guedes/ 2021

4.1 Como Desenvolver Um Turismo

A grande máquina do Governo Federal e Estadual não tem dado aos bens e patrimônio o devido trato e investimento necessários para um desenvolvimento efetivo. O Turismo num município pode acontecer de muitas formas, mas para melhor compreender essa atividade é preciso entender algumas questões básicas:

1) O Que é Turismo?

O Turismo é uma atividade econômica gerada pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas, que por motivos diversos, deixam sua residência fixa.

2) Quem São Os Turistas?

São visitantes temporários que estão em busca de um conjunto de experiências e de sensações, consumindo produtos e serviços dos locais que visitam.

3) Porque As Pessoas Fazem Turismo?

Existem muitas razões que fazem com que as pessoas se desloquem de seu lugar de residência: lazer, descanso, saúde, negócios, eventos, história, esportes, cultura, tecnologia, ciência etc. Motivos diferentes atraem públicos diferentes, com necessidades e expectativas diferentes.

4) O que é necessário para o turismo acontecer?

Para o Turismo acontecer é preciso motivação e infra-estrutura para o visitante se deslocar de seu destino até outro, ou seja, é preciso um conjunto formado por:

a) ATRATIVOS TURISTICOS - Os atrativos turísticos são os lugares, os objetos ou acontecimentos de interesse que motivam as pessoas a conhecê-los.

b) EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURISTICOS: serviços de hospedagem, alimentação, entretenimento, agenciamento de viagens, informações turísticas entre outros.

c) INFRA-ESTRUTURA DE APOIO, que são os outros serviços básicos da comunidade, como transporte, segurança, comunicação, saúde etc.

5) O Que O Turista Espera Encontrar Num Município?

O turista espera encontrar as condições necessárias para que possa aproveitar a viagem, levando consigo experiências positivas, proporcionadas por:

- a) Atrativos turísticos conservados;
- b) Acesso viável e transporte disponível.
- c) Hospedagem e alimentação de qualidade;
- d) Entretenimento;
- e) Serviços turísticos qualificados;
- f) Boa informação e sinalização;

- g) Infra-estrutura compatível (transporte, comunicação, segurança, atendimento médico-hospitalar, abastecimento de água, energia elétrica, rede de esgotos, limpeza pública);
- h) Preços justos;
- i) Receptividade da comunidade.

6) Quais São Os Benefícios Gerados Pelo Turismo Num Município?

São muitos, mas podemos destacar:

- a) Novas ofertas de emprego;
- b) Novas formas de geração de renda;
- c) Aumento da arrecadação de impostos;
- d) Melhoria da infra-estrutura de apoio ao turismo, que também vai beneficiar ao residente;
- e) Preservação e manutenção do patrimônio natural e cultural;
- f) Melhoria da qualidade de vida da população e conseqüentemente de sua autoestima.

Como pode ser visto, um município tem muito a ganhar com o Turismo, pois não somente os proprietários dos atrativos e equipamentos turísticos que ganham, mas toda a comunidade indiretamente também se beneficia.

Por isso é tão importante conhecer bem o que temos a oferecer às pessoas para agradá-las e gerar negócios promissores na localidade, mas sem esquecer que um município só é bom para o turista, se for bom também para seus moradores. Entretanto, em 1776, foi atraído para lá Manoel Francisco, que obteve uma data de terra, às margens do Cairaré, onde fixou moradia, dando impulso à povoação. Mais tarde, elevou-se à categoria de Vila com o nome de - Vila do Imperador -, posteriormente, substituído pelo de - Ingá -, através da Lei Provincial nº 3 de 1864.

4.2 A linha férrea do Ingá como produto turístico

O ramal de Campina Grande teve seu primeiro trecho entregue em 2 de Outubro de 1907, entre a estação de Itabaiana, na linha da Great Western que ligava Recife a Natal, e a cidade paraibana de Campina Grande. Do outro lado do Estado da Paraíba, entre 1923 e 1926, a Rede de Viação Cearense alcançava a cidade de Souza, partindo de sua linha-tronco que ligava Fortaleza a Crato, no Ceará, a partir da estação de Arrojado. De Souza, a RVC avançou até Pombal (1932) e depois a Patos (1944).

O trecho de 164 km entre Patos e Campina Grande somente seria entregue ao tráfego em 1958, e era justamente esta a linha que ligava o Nordeste Ocidental ao Oriental, ou seja, o Ceará ao resto do Brasil. Hoje este ramal o qual encontra-se

desativado já foi um dos mais movimentados, em termos de cargueiros, do Nordeste, ligando Recife a Fortaleza e dali a São Luiz do Maranhão.

Figura 10 - Estação Ferroviária Campina Grande-PB



(Fonte: Walter Paparazzo/G1-2018)

Atualmente o tráfego de trens encontra-se interrompido o que ocasiona prejuízos ao estado da Paraíba, e também ao município do Ingá o qual poderia aproveitar a linha férrea para um desenvolvimento turístico local através de viagens e excursões de escolas e pessoas as quais iriam aproveitar a viagem e as paisagens belas as quais o trem passa, trazendo assim, um benefício a mais para a cidade, desenvolvendo o comércio local com a chegada de turistas advindos de outras cidades, enriquecendo turismo arqueológico. A posição privilegiada da linha férrea faz das Itacoatiaras, faz um atrativo o qual está sub aproveitado, pois a estação férrea fica apenas 7km do Sítio Arqueológico.

4.3 A pesquisa arqueológica em INGÁ – PB

Os pesquisadores da área ainda reconhecem que a ampla distribuição de gravuras rupestres afiliadas ao sítio, especialmente entre o município de Campina Grande, no Estado da Paraíba, e a Região do Seridó Oriental, no Estado do Rio Grande do Norte, pode, no futuro, por meio de estudos mais conclusivos, possibilitar o reconhecimento de uma “subtração Ingá”. Essa denominação decorre do seu sítio de arte rupestre mais expressivo, as Itacoatiara do Rio Ingá, em face de sua complexidade estética e requinte técnico dentro do conjunto que configuraria a subtração.

As características do sítio o transformam em um excepcional testemunho no conjunto de elementos tangíveis que caracterizam o processo de ocupação humana nessa região do continente americano. O sítio é o mais representativo exemplo da forma como os grupos humanos associados à “tradição Itacoatiara” se apropriaram de um ambiente natural específico, formado a partir da interação direta entre rochas e água, ainda preservado, e o transformaram para finalidades sociais, religiosas culturais e artísticas e nele expressaram um conteúdo estético próprio, cujas

gravuras encontradas demonstram o domínio de rica técnica de expressão que estes grupos alcançaram.

Figura 11 – Totem na entrada da Pedra do Ingá-PB



Fonte: Roberto Guedes Pereira/2014

Figura 12 – Portal entrada do Sitio do Ingá-PB



Fonte: Roberto Guedes Pereira/2014

4.4 As ações para a conservação dos sítios arqueológicos

O sítio encontra-se protegido como patrimônio cultural pelo Iphan desde maio de 1944, com inscrições no Livro de Tombo das Belas Artes e no Livro do Tombo Histórico, sendo o primeiro monumento de arte rupestre protegido no Brasil e

o único reconhecido também pelo seu conteúdo artístico, além da importância histórica.

Em 2005, a Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado concluiu o projeto “Parque Arqueológico Itacoatiras do Ingá/PB – Projeto do Centro de Referência Nacional de Arqueologia” (IPHAN 2005b). O projeto, entretanto, encontrou forte resistência junto aos arqueólogos do IPHAN, por entenderem ser necessária a prévia realização de um Diagnóstico Arqueológico e Plano de Manejo, como prevê a Portaria 230/2002 do órgão.

Nela, exige-se que pesquisas arqueológicas tenham, em todas as fases, licenciamento ambiental para empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico. Uma primeira vistoria sobre projeto foi instada pelo IPHAN/PB e realizada em junho de 2005, emitindo-se o seguinte parecer: “Consideramos temerária qualquer intervenção no sítio, sem a sua consideração e serna elaboração de estratégias mitigadoras.

É necessário, então, identificar os impactos para poder otimizar os benefícios e por sua vez mitigar os danos” (IPHAN, 2005c, s/p). No parecer são elencados fatos negligenciados no projeto e que careceriam de intervenção, como a exposição do monumento a vandalismo; intemperismo físico e químico, causadores de escamação e deslocamento e; uso do solo no entorno do sítio. Apenas em 2013 foi realizado, por uma equipe de profissionais da Universidade Federal do Piauí, o projeto “Estudos Arqueológicos, Conservação e Socialização do Sítio Itacoatiara do Ingá”. Focando na pesquisa científica, foi classificado pela equipe como a primeira abordagem arqueológica da Pedra, dentro dos preceitos científicos-metodológicos legais (IPHAN, 2013).

O sítio das Itacoatiara do Rio Ingá congrega o mais representativo conjunto conhecido desse tipo de gravura no Brasil, que se notabiliza pelo uso quase exclusivo de representações não figurativas na composição de grandes painéis de arte rupestre e que exprimem o gênio criativo de um grupo humano que se apropriou de padrões estéticos abstratos como forma de expressão, e possivelmente, de conceitos simbólico-religiosos, diferentemente de outras culturas que, em sua maioria, utilizou-se de representações antropomórficas e zoomórficas.

Tais padrões estéticos abstratos estiveram presentes desde os primórdios do desenvolvimento cultural dessas populações e perduram ao longo de todo o período de utilização do sítio, inclusive influenciando os demais registros rupestres da região. O sítio é testemunho significativo do processo de ocupação do nordeste sul-americano, integrando a tradição Itacoatiara, formada por gravuras sobre pedras localizadas em planície de inundação do leito dos rios. Constitui o mais representativo conjunto de gravuras rupestres desta tradição, não só pela concentração, mas também pela configuração em grandes painéis com excepcional qualidade estética e técnica.

5 CONCLUSÃO

O arqueoturismo, praticado em diversos países, tem se tornado um segmento interessado em atrair mais visitantes.

O Brasil, no entanto, ainda passa por dificuldades na implementação e execução desse turismo, ainda que tenha alguns casos pontuais positivos. Um dos potenciais arqueológicos brasileiros, as Itacoatiaras do Ingá, por exemplo, foi o objeto de estudo desta pesquisa, em uma busca pelo reconhecimento das condições de visitação turística ao local, que ao serem analisadas, mostra uma situação de turismo no município de Ingá é inevitável a constatação de que há um subaproveitamento de seu potencial. Percebeu-se neste estudo que o Sítio carrega um atrativo arqueológico de grande importância nacional e também de nível internacional, sendo um exemplar de destaque nesse tipo de ocorrência, pois certamente seus autores empregaram uma tecnologia muito avançada para a época, permitindo-o atravessar tantas gerações, mesmo em face às provas impostas pela natureza e pelo próprio ser humano.

Resta à sociedade contemporânea preservar esse legado, utilizando-se das novas tecnologias, técnicas e métodos de planejamento. As Itacoatiaras, que chamam atenção de pessoas do mundo inteiro, muitas vezes passam despercebidas para muitos de seus herdeiros diretos, os paraibanos. Surge aí uma questão delicada: a valorização do patrimônio, o orgulho da cultura e o pertencimento, ao reconhecer-se nos detalhes.

É necessário o investimento em obras estruturantes, como de acesso, comunicação e esgotamento sanitário.

Mas, também, faz-se indispensável a valorização da cultura, da capacitação dos recursos humanos, da hospitalidade, da diversificação das opções de lazer e do incremento no atendimento, com criação de cardápios regionais. Tais elementos podem incorporar a produção interna, evidenciando o efeito multiplicador do turismo.

Preservar, valorizar e difundir sua existência é função não só dos poderes públicos, como também de toda a sociedade. É necessário um engajamento coletivo de todos os setores, uma vez que este é um patrimônio nacional, com condições de contribuir tanto para a autoestima da comunidade como para a dinamização econômico-social.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo (2003-2007)**, Brasília, Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segurança do Turismo e o mercado**, Brasília, Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo. Marcos Conceituais**, Brasília, Ministério do Turismo, 2006.

CARVALHO, Karoliny Diniz. Lugar de Memória e Turismo Cultural: **Apontamento teórico para o planejamento urbano sustentável in Revista de Cultura e Turismo – CULTUR**, ano 04 – nº 01 Janeiro/2010.

ESTOL, Eduardo, ALBUQUERQUE, Stella. **Planejamento Turístico: uma perspectiva argentina**. Buenos Aires: CIELT, 1987.

FIGUEIREDO, Silvio Lima; PEREIRA, Edithe. **Gestão do Patrimônio arqueológico para o turismo - análise dos sítios de arte rupestre de Monte Alegre e Serra das Andorinhas**. Brasil. Im FUNDHAMENTOS - Publicação do Museu do Homem Americano, n. 9, v. 1, Anais do XIV Congresso Internacional do IFRÃO. Niede Guidon, Cris Buco e Mila Abreu (tedis.). vol. 1. 2010, p.1112-1124, Disponível em: 197 <> Acesso em. abr. 2012.

FLAGIARI, Gabriela Scuta: ALMEIDA, **Madalena Gonçalves**. **Análise de atratividade e hierarquização de atrativos: sistematização de métodos e propostas para atrativos culturais**. (Monografia apresentada ao Programa de Pós Graduação Lato Sensu da faculdade SENAC de Turismo e Hotelaria de São Paulo, 2004).

HODDER, Ian. **Interpretação em arqueologia: Correntes actules**. (2º ed. ampl. ver. ed.).(M.J. AUBERT , & J.A. BARCELÓ, Trads.)Barcelona, 1994.

McGIMSEY, Charles. Public Archacology. **Nova York: Senimar Press, 1972**.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de Planejamento estratégico: **conceitos metodológicos e praticas**. São Paulo: Atlas, 1998.

PARDI, Maria Lucia. Gestão de Patrimônio Arqueológico: **documentação e politica de preservação**. (Dissertação de Mestrado Profissionalizante apresentada ao Instituto Goiano de Pré história e Antropologia da Universidade Católica de Goiás. Orientação: Professor Doutor Roque de Barros Laraia). Goiânia: UCG/IGPA, 2002.

Petrocchii, Mário. Turismo: **Planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.